

ENTRE A PRECARIEDADE E A PROFISSIONALIZAÇÃO

APONTAMENTOS SOBRE O LUGAR DO CARNAVALESCO NO RIO DE JANEIRO

Nilton Silva dos Santos

Partindo de minha pesquisa sobre o universo do carnaval na cidade do Rio de Janeiro, particularmente sobre a atuação dos carnavalescos nas escolas de samba, pretendemos entender as dimensões dramáticas envolvidas no fenômeno de sua atuação como artífice de enredos, alegorias e adereços. Nossa intenção neste artigo é problematizar como o trabalho dos carnavalescos, sintetizado no desfile da Passarela do Samba, põe em cena inúmeros aspectos relativos às ambiguidades/tensões da sociedade brasileira no que se refere à profissionalização ou não deste ator social.

**CARNAVALESCO,PROFISSIONALIZAÇÃO,PATRONATO,
RELAÇÕES PESSOAIS**

SANTOS, Nilton Silva dos. Entre a precariedade e a profissionalização: apontamentos sobre o lugar do carnavalesco no Rio de Janeiro. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 151-158, 2009.

Os diferentes momentos pelos quais transitou a festa carnavalesca, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, e, em particular, quanto ao papel desempenhado por personagens fundamentais, como os técnicos e carnavalescos, ao longo dos anos de folia moresca, nos conduzem a perceber um gosto por práticas e saberes especializados que se aprendem ou podem ser mais bem desenvolvidos no interior dos barracões das escolas de samba.

Alguns personagens marcaram a história do carnaval carioca, por sua pertença ao mundo acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes (EBA/UFRJ), outros tantos profissionais, sem formação universitária, também se constituíram em emblemas por seu saber fazer, apreendido no cotidiano das sociedades carnavalescas e das escolas de samba.

O destaque dado ao “mito fundador” dos carnavalescos, representado pelo tenente-agregado Antônio Francisco Soares (que confeccionou os “impressionantes” e “surpreendentes” carros alegóricos por ocasião dos festejos do casamento do príncipe Dom João e da princesa Dona Carlota Joaquina de Bourbon), se configura paradigmático de uma atuação que incorpora práticas racionais e especializadas que vão se consolidando como patrimônio comum destes profissionais. Como já nos ensinou um dos fundadores da Escola de Chicago, Robert Ezra Park, ao construir um verdadeiro programa de pesquisas sociológicas sobre a cidade em *The City: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment*, na cidade, todos “os tipos de trabalho tendem a se tornar profissão, quer dizer, a ser extremamente organizados, a incluir posições socialmente definidas, a ter regras de conduta que regulam o trabalho nessa ocupação”. (Apud BECKER, 1996, p. 180)

Sobretudo gostaríamos de reforçar um aspecto da constituição desse “profissional emergente”, qual seja, sua presença na cena urbana da metrópole, tanto como ator das transformações na festa carnavalesca, por meio de sua “racionalidade especializada”, quanto como consequência do próprio caráter espiritual citadino e da calculabilidade propiciada pelas mediações feitas a partir do advento do dinheiro na economia da urbe. No limite, estaremos, contemporaneamente, diante daquilo que o próprio Georg Simmel antevia e chamou de “novas profissões” de caráter fluido. (Apud WAIZBORT, 2000)

Leopoldo Waizbort, ao comentar o anonimato e a impessoalização como “contrapartida da objetividade característica do mundo moderno”, observa o aparecimento, no âmbito da grande empresa, de uma nova categoria social “absolutamente nova e característica”: o empregado (*Angestellte*) da indústria e do comércio nas grandes cidades. Depois de enfatizar o aparecimento da idéia de “sociedade anônima”, como indicador de impessoalidade e objetividade, Waizbort passa a tratar da emergência de “novas” profissões pouco definidas, fluidas, surpreendentes:

É também em função da ausência de caráter e de cor do dinheiro e do intelectualismo que cresce nas modernas cidades o número de profissões com caráter fluido, tais como agentes comissionados, mediadores de negócios, corretores etc., que aproveitam as inúmeras chances casuais de receber algum dinheiro e, com isso, viver. Simmel percebe o fato, que ainda hoje nos surpreende cotidianamente, de que as pessoas descobrem os mais variados tipos de

trabalho e atividade com as quais possam receber algum dinheiro. Esses indivíduos caracterizam-se, além de tudo, por sua mobilidade, maleabilidade e presença. (WAIZBORT, 2000, p. 325)

Ora, o dinheiro se transforma num mediador por excelência no espaço metropolitano. Além disso, faz surgir novas formas ou configurações profissionais nas quais os indivíduos poderão imprimir sua marca, seu caráter, seu conteúdo. “Empregados da indústria e do comércio nas grandes cidades” se utilizarão de suas formações individuais, sejam as escolares ou as da vida prática, como fonte principal e idiossincrática para se apresentar nas arenas e contextos de interação e socialização. Indivíduos buscarão tirar proveito de habilidades específicas e de necessidades particulares, por conseguinte, para obter seu sustento. Empregados, como os carnavalescos, portanto, que farão brotar gramáticas e estilos próprios através de seus trabalhos, como no caso das escolas de samba.

Max Weber¹ (1904) e Edward P. Thompson² (1967) mencionam em seus trabalhos as relações entre certos tipos de racionalidade que seriam desencadeados pela organização racional do trabalho no Ocidente. Cremos que a mediação sociocultural estabelecida pelo carnavalesco nas escolas de samba da cidade do Rio de Janeiro, entre os diferentes componentes deste universo, é propiciada, sobremaneira, por um tipo diferenciado de racionalidade, emergente na metrópole e desencadeada por este contexto interacional.

Nossa hipótese para essa presença e influência marcantes do carnavalesco, no Carnaval brasileiro e carioca, atuando como mediador sociocultural tem a ver com a predominância e consolidação do código letrado, formal também no contexto das escolas de samba. A necessidade de cálculo racional, de uma racionalidade operacional, prática e/ou instrumental (WEBER, 1986 e SOUZA & OÉLZE, 1998, 1998), do que chamaremos aqui de racionalidade especializada³, no universo carnavalesco se descortina como elemento propiciador para esse desempenho (QUEIROZ, 1976 e CAVALCANTI, 2002). Para falarmos de maneira simmeliana, estaríamos diante de uma maior formalização dos conteúdos estéticos, econômicos, artísticos, organizacionais, etc., da forma escola de samba.

Os carnavalescos são verdadeiros operadores de signos de linguagem. Operam com informações e elementos, além de (inter) mediar indivíduos provenientes de diferentes origens e latitudes – sociais e culturais (CAVALCANTI, 1994; VELHO & KUSCHNIR, 2001). Como nos ensina Lévi-Strauss (1989), o carnavalesco pode ser entendido também como um *bricoleur* manuseando e manipulando signos finitos, classificando-os e pondo-os em ação, tais como escalas cromáticas, tecidos e suas texturas, efeitos de brilho e leveza proporcionados por transparências, missangas, lantejoulas e paetês, descoberta de “novos” materiais (ráfia e isopor, garrafas pet, cd’s, latas de tinta vazias, canudos de refrigerante), etc. para contar uma história na avenida⁴. Enredo esse com um sentido comunicado pela *bricolagem* empreendida pelo carnavalesco.

Maria Laura Cavalcanti, ao repensar sua pesquisa no âmbito urbano das escolas de samba, observa que

em seu vasto leque, o carnaval reunia posições de extrema heterogeneidade sociológica. Sua complexidade ritual assumia elementos em si contraditórios

da vida social. O carnaval trazia, de modo muito vívido, as lições fundamentais de Mauss e Simmel a natureza ambivalente e tensa de toda troca social, sempre a um só tempo, embora em graus muitos diversos, permeada de acordo e conflito. Com isso, o carnaval revelava também, com especial clareza, a importância dos mediadores (meus interlocutores de pesquisa e personagens chaves da narrativa etnográfica, as próprias escolas, os bicheiros, os carnavalescos, e tantos mais). Esses operadores de articulações entre tantos contrastes que, com abertura e criatividade no agenciamento de múltiplos códigos, articulavam o conjunto vivo do “meu” carnaval. Dentro dele existiam, certamente, muitos “carnavais”. (CAVALCANTI, 2002, p. 10)

A autora explicita, particularmente, a existência de um articulador financeiro, o “homem da mala” ou o “homem da grana do homem”, incumbido de tratar das necessidades do barracão da Mocidade Independente de Padre Miguel, presidida, à época, por Castor de Andrade⁵. A outra ponta dessa relação, que transcorre no âmbito e no ambiente do barracão, envolve indubitavelmente os carnavalescos da época, Renato Lage e Lillian Rabello, responsáveis por definir quais seriam os materiais utilizados para confeccionar carros, fantasias, alegorias e adereços.

Estamos diante, portanto, para recuperarmos as formulações de Simmel, Weber e Thompson, de redes de mediação e cálculo racional no contexto metropolitano. Ou ainda, para falarmos com Cavalcanti, presenciamos mediadores, de diversificados tipos, agenciando múltiplos códigos no mundo do carnaval⁶. Ora, não devemos nos esquecer de observar a forte ambivalência existente no universo carnavalesco carioca. O circuito monetário percorrido pelo dinheiro, por exemplo, até que este chegue à escola de samba traz consigo os elementos característicos dessa dificuldade em se separar os traços do tradicionalismo personalista daqueles outros modernizantes estabelecidos no e pelo contrato.

Inês Teixeira Valença (2003) em trabalho sobre as escolas de samba e a sua relação com a indústria cultural, em particular com o advento do patrocínio, descortina novos desafios enfrentados pelo carnavalesco como homem de mediação sócio cultural. O carnavalesco por vezes pode atuar como aquele que estabelece a “negociação” entre o enredo da escola e os objetivos do patrocinador, estabelecendo, assim, uma convergência entre os distintos interesses em tela. Nem todos os carnavalescos assumem este papel, mas alguns declaram participar ativamente “deste novo momento pelo qual as escolas de samba necessariamente passarão”⁷.

A profissionalização das escolas de samba, entendida como *business* que envolve a venda dos direitos de transmissão para as televisões, de fantasias e discos, vagas na rede hoteleira, etc., realçada pela relevância do carnavalesco, seria, a nosso juízo, uma tendência que se consolida. Contudo, essa profissionalização ocorre simultaneamente à ausência de contratos, tratos feitos “de boca” e sustentados unicamente “na palavra de honra” do patrono e/ou responsável pela escola de samba.

Os enredos das escolas de samba nos contam histórias reais, virtuais ou mágicas sobre nosso lugar no mundo. Os enredos vivenciados pelos técnicos e carnavales-

cos, ao longo destes quase 150 anos de folia, serviram para nos desvendar os movimentos de afirmação de uma concepção sobre o carnaval carioca, sobre o carnavalesco como ator social neste contexto, apontando-nos a emergência de uma “racionalidade especializada”, alheia aos vínculos de caráter estrita e estreitamente pessoais da tradição nacional brasileira. (QUEIROZ, 1976; DA MATTA, 1980)

No entanto, as histórias recolhidas em nosso campo de pesquisa, sobre o afastamento de Hiran Araújo, do GRES Portela em 1978, e da relação “fraternal” de Laíla com Anísio Abrão David⁸, em 2004, são modelares de práticas que ainda perduram no ambiente das escolas de samba. Não estando superadas, persistem na sociedade brasileira, relativizando também uma percepção de absoluta “profissionalização” no mundo do samba, apesar da especialização crescente do “profissional” carnavalesco.

*

O lugar do carnavalesco como profissional⁹, estabelecido e disputado por seus inventos artísticos, deve ser necessariamente contraposto a seu outro lado, o da precariedade e, por vezes, da descartabilidade diante da falta de um contrato de trabalho formal respeitável e respeitado. A própria noção de categoria profissional, tal como ela foi organizada no Brasil após os anos 1930, em sua forma corporativa, ou seja, com filiação compulsória aos Conselhos, monopólio de representação e tutela do estado (COELHO, 1999) precisa ser matizada no caso desses artífices. Nem o Estado se constituiu em interlocutor dos carnavalescos ao longo do tempo, nem o diploma universitário tornou-se uma exigência para o “ser artista do carnaval”, esse artista¹⁰ responsável por um saber especializado, específico, destacado por sua competência técnica¹¹.

Não podemos, assim, enxergá-los como uma categoria profissional homogênea e estável que conseguiria se autorregular e garantir suas demandas por um piso salarial, nos termos propostos por Wanderley Guilherme dos Santos, no seu clássico livro *Cidadania e justiça*. Nem eles se adequam, como observa Coelho (1999), ao tratar das chamadas profissões imperiais¹² (medicina, direito e engenharia, sobretudo), à vinculação entre profissão e credencialismo acadêmico característica do Brasil. Para este autor, depois da Proclamação da República, consolidou-se definitivamente o “nexo entre privilégios profissionais e Universidade”. (COELHO, 1999, p.29)

Nestes termos, portanto, alguns movimentos pela consolidação de um “órgão de classe” no caso do carnaval carioca, como a Associação dos Carnavalescos de Escolas de Samba, fundada em dezembro de 1987, foram realizados sem lograr êxito e efetividade no momento de negociar “contratos” com os “patronos” do carnaval.

Os movimentos na articulação desse espaço de representação de classe, como categoria profissional consolidada, efetuados sobretudo no final da década de 1980, podem pôr em evidência algumas particularidades do ofício de carnavalesco na cidade do Rio de Janeiro. Obtivemos o relato de um carnavalesco sobre um debate transcorrido na sede da Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa), um verdadeiro drama social (TURNER, 1974), envolvendo alguns atores sociais usuais deste universo. Neste set-

ting de interação (GOFFMAN, 1985) estava em disputa a possibilidade de, coletivamente, se pressionar a direção das escolas de samba por um “ piso salarial mínimo ” para a “ categoria ”.

Além do representante da Liesa presente à reunião, estava o autor do relato que se situava, à época, numa posição intermediária no “ mundo ” dos carnavalescos. O debate envolveria um terceiro carnavalesco, ausente do encontro. Ora, justamente esse carnavalesco bem valorado¹³ já teria assinado um contrato, “ por baixo dos panos ”, com uma das grandes escolas de samba. Assim sendo, procurando relativizar as afirmativas de nosso informante, destacaremos alguns pontos para nosso argumento, e pretendemos analisá-los como peças num mosaico a ser configurado.

No entanto, acreditamos que este evento em particular pode nos revelar o campo de forças no qual operam carnavalescos e dirigentes de escolas de samba. Como já assinalou Maria Laura Cavalcanti, ao discutir o lugar da Associação dos Carnavalescos das Escolas de Samba, havia então uma tensão no campo entre o reconhecimento “ de um mercado profissional que permitisse estabelecer critérios para fixar preços para os contratos ” e a própria “ desunião ” da categoria, propiciada pela “ competição muito grande ” entre os carnavalescos, onde cada um procurava “ engolir o outro ”. (CAVALCANTI, 1994, p. 64-65)

**

Uma última palavra, ainda: se afirmei enfaticamente ser a emergência do dinheiro, aliada ao caráter espiritual da grande metrópole, responsável pelo aparecimento de novas profissões de “ caráter fluido ” (WAIZBORT, 2000), cumpre lembrar que o circuito do capital financeiro disponível nas escolas de samba também é impreciso, ambíguo, fluido. Se a presença de patronos, vinculados sobretudo ao jogo do bicho, em certas associações carnavalescas era a garantia de um exuberante desfile na Avenida Marquês de Sapucaí, o relativo ocaso desses mecenas pode significar transformações potenciais não apenas para as escolas de samba, mas também, para a origem do dinheiro presente nessas agremiações.

A recente eleição de Eduardo Paes para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro repõe a tensão/ambiguidade entre o legal e o ilegal, entre o formal e o pessoal no âmbito dos desfiles carnavalescos e de seus “ profissionais que fazem escola ”. Sua intenção de realizar licitações para organizar os desfiles na Avenida Marquês de Sapucaí (hoje gerenciados pela Liesa, ou seja, pelas escolas de samba e seus patronos) resultou em reações fortes dos representantes das escolas de samba. Dentre estas, por exemplo, a de que transfeririam os desfiles para a cidade de Niterói, a antiga capital do estado do Rio de Janeiro, caso não fosse atendidos em suas reivindicações. Afinal de contas, como se posicionarão os carnavalescos neste embate? Ou melhor, poderão os carnavalescos se posicionar neste delicado caso?

NOTAS

1 Apesar da crítica weberiana a uma identificação excessiva entre economia monetária e capitalismo em Simmel, realizada logo na primeira nota de *A ética protestante e o es-*

pírito do capitalismo (1986), Weber também destaca a emergência do cálculo racional, com o advento do trabalho livre, além do consequente desenvolvimento da organização capitalista do trabalho no Ocidente.

- 2 Recentemente, E. P. Thompson, em seu artigo Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial (1999), corrobora essas observações estudando as transformações na apropriação social do tempo, especialmente com a introdução da sociedade industrial do trabalho.
- 3 Racionalidade especializada e cálculo racional não devem ser confundidos com o código letrado e/ou literário, apesar de aqueles poderem incluir estes.
- 4 “O *bricoleur* está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas porém, ao contrário do engenheiro, não subordina nenhuma delas à obtenção de matérias-primas e de utensílios concebidos e procurados na medida de seu projeto: seu universo instrumental é fechado, e a regra de seu jogo é sempre arranjar-se com meios-limites, isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e materiais bastante heteróclitos, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento nem com nenhum projeto particular mas é o resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores. O conjunto dos meios do *bricoleur* não é, portanto, definível por um projeto [...]; ele se define apenas por sua instrumentalidade e, para empregar a própria linguagem do *bricoleur*, porque os elementos são recolhidos ou conservados em função do princípio de que isso sempre pode servir. (LEVI-STRAUSS, 1989, p. 32-33)
- 5 Castor de Andrade, ou Doutor Castor, conhecido banqueiro do jogo do bicho na cidade do Rio de Janeiro, particularmente na zona oeste da cidade, foi patrono da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel e do time de futebol do Bangu Atlético Clube.
- 6 A racionalidade emergente no contexto urbano é mediada, ainda, por “formas tradicionais” de relacionamento presentes na sociedade brasileira, tais como a patronagem e o clientelismo. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), analisando as relações políticas na área rural, vislumbra este aspecto de cálculo racional na negociação do voto, mesmo em um contexto de mandonismo.
- 7 O carnavalesco Milton Cunha confirmou, em mesa realizada em 2003, no IFCS/UFRJ, participar destas mediações “sem problema nenhum” e observa que o “dinheiro do patrocínio vai direto para o bolso do bicheiro, do patrono da escola”. Paulo Barros, carnavalesco do GRES Unidos da Tijuca, por outro lado, em entrevista que realizamos no barracão da escola, afirma preferir ser o “diretor do espetáculo” sem querer se envolver, portanto, com “esse lado de captação de recursos” para a escola de samba.
- 8 Trata-se do presidente de honra da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis e envolvido com atividade de contravenção penal, particularmente com o jogo do bicho.
- 9 A esse respeito, consultar Durkheim (1995). No “Prefácio à segunda edição” da obra, Durkheim realiza uma discussão fundamental sobre a importância dos chamados “grupos secundários” para a “vida social”. As corporações profissionais são apontadas como as responsáveis para lidar com as tarefas econômicas. Essas tarefas seriam demasiadamente especiais para ficarem, exclusivamente, nas mãos do estado, segundo o autor. O carnavalesco desempenha, procuraremos demonstrar, tarefas de caráter econômico crescentemente.

- 10 De acordo com Helenise Monteiro Guimarães, “o carnavalesco se encaixa no perfil daquele indivíduo ligado aos espetáculos de diversões, descrito na Lei nº 6.533 de 24 de maio de 1978, que regulamenta as profissões de Artistas e Técnicos em Espectáculos de Diversões”. (GUIMARÃES, 1992, p.137)
- 11 Para uma interessante discussão sobre as “profissões” e a socialização profissional ver, particularmente, o capítulo 6 de Dubar (2005).
- 12 Ver Coelho (1999).
- 134 Estamos tomando por referência a discussão de Elias & Scotson (2000).
- 14 Quando falamos em grande escola de samba, a referência se faz àquelas que disputam os títulos ou se posicionam entre as primeiras colocadas nos concursos anuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Howard S. A escola de Chicago. *Mana, Estudos de Antropologia Social*. 2 (2): 177-188, 1996.
- CAVALCANTI, Maria Laura V.C. *Carnaval carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/Funarte, 1994.
- _____. Os sentidos no espetáculo. *Revista de Antropologia*, 45 (1): 37-80, 2002.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. RJ: Jorge Zahar, 2000.
- GUIMARÃES, Helenise Monteiro. *Carnavalesco, o profissional que “faz escola” no carnaval carioca*. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. RJ: UFRJ, 1992.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papyrus, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VALENÇA, Inês Teixeira. *O espetáculo da tradição: um estudo sobre as escolas de samba e a indústria cultural*. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação/UFRJ, 2003. (Dissertação de mestrado)
- VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1986.

Nilton Silva dos Santos é Doutor em Antropologia Cultural pelo PPGSA/UFRJ e Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense/UFF.